



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JULIO DE MESQUITA FILHO”
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS



Trabalho de Graduação

Curso de Graduação em Geografia

**TRANSIÇÃO DO ENSINO PRESENCIAL PARA O ENSINO REMOTO: UM ESTUDO
DE CASO NO MUNICÍPIO DE RIO CLARO – SP**

Lucas Franhani Alexandre

Prof. Dr. Diego Corrêa Maia

Rio Claro (SP)

2022



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JULIO DE MESQUITA FILHO"
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS



Lucas Franhani Alexandre.

**Transição do Ensino Presencial para o Ensino Remoto: Um estudo de caso
no município de Rio Claro – SP**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado
ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do
Campus de Rio Claro (SP), da Universidade Estadual
Paulista Júlio de Mesquita Filho, para obtenção do
grau de Bacharelado e Licenciatura em Geografia.

Rio Claro
2022

A381t Alexandre, Lucas Franhani

Transição do ensino presencial para o ensino remoto : um estudo de caso no município de Rio Claro - SP / Lucas Franhani Alexandre. -Rio Claro, 2022

56 p.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado e licenciatura Geografia) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro

Orientador: Diego Corrêa Maia

1. Educação. 2. Ensino Remoto. 3. Pandemia. 4. Covid-19. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

LUCAS FRANHANI ALEXANDRE

TRANSIÇÃO DO ENSINO PRESENCIAL PARA O ENSINO REMOTO: UM
ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE RIO CLARO – SP

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado
ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do
Campus de Rio Claro (SP), da Universidade Estadual
Paulista Júlio de Mesquita Filho, para obtenção do
grau de Bacharelado e Licenciatura em Geografia.

Comissão Examinadora

Prof. Dr. Diego Corrêa Maia

(Orientador)

Prof. Ms. Leandro Faber Lopes

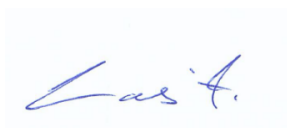
(Examinador)

Profa. Ms. Nivea Massaretto Verges

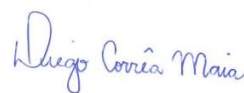
(Examinador)

Rio Claro, 25 de outubro de 2022.

Assinatura do(a) aluno(a)



assinatura do(a) orientador(a)



AGRADECIMENTOS

A entrega deste trabalho constitui a realização de um sonho e de muita dedicação, não somente meu, como daqueles com os quais convivo e convivi.

Gostaria de agradecer em primeiro lugar aos integrantes da minha família, os quais sempre me apoiaram e me motivaram, não somente nos momentos de alegria como também nos momentos difíceis que enfrentei ao longo dos últimos anos de dedicação.

Lessandra, mãe, sem a senhora nada disso seria possível, você me inspira a ser uma pessoa melhor e se não fosse por você nada disso aconteceria, portanto, não seria justo você figurar em outro lugar o qual não fosse o primeiro. Sua garra, empenho, dedicação, alegria e força me servem como o maior exemplo da vida.

Leandro, você serve como motivação para que eu possa alcançar objetivos incríveis e quem sabe assim, possa te inspirar a ser uma pessoa melhor. Rogério, Júnior, Neusa e Edson, vocês fecham o ciclo familiar de apoio que sempre tive ao longo dessa jornada, cada um possui um significado tão especial que não seria justo mensurá-lo em palavras.

Thaiane, obrigado por me apoiar nos momentos de dificuldade e quando eu já não tinha mais forças, obrigado por me mostrar a beleza do mundo, sem você isso não seria possível.

Diego Corrêa Maia, meu orientador na UNESP e Tsai Siu Mui, minha orientadora de estágio no CENA/USP, vocês tiveram um papel tão importante de motivação e demonstração, principalmente de humanidade para com o próximo e me servem como exemplo a ser seguido, a trajetória de vocês dentro da academia é algo brilhante e inspirador, em especial a dedicação e amor pelo que fazem.

Gostaria de agradecer também aos meus amigos Lucas, Breno, Rafael, Pedro, Bruno, Tiago e Gabriel, pessoas que fizeram parte da minha construção como pessoa e que me proporcionaram não só momentos de descontração para enfrentar as más fases, como também de muito aprendizado ao longo dessa trajetória.

Por fim, gostaria de agradecer a oportunidade que a Universidade Pública me proporcionou, sendo este um ambiente de construção e compartilhamento de conhecimento, e que sem ele poderia dizer que sou uma pessoa incompleta. Ter a oportunidade de vivenciar essa formação e contribuir para a progressão da sociedade em diferentes frente faz com que eu me sinta uma pessoa abençoada.

RESUMO

No presente trabalho foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa com estudo de caso que visa entender os impactos que foram ocasionados na educação pública no Brasil, devido à transição do modelo de ensino durante o período de vigência da pandemia de Covid-19. Neste sentido, partiu-se de uma análise dos planos de metas educacionais desde o movimento da Nova Escola em 1932 até as decisões político-educacionais que permearam esse período controverso, durante o surto da doença nos anos de 2020 a 2022. Com a diminuição dos casos de Covid-19 e o retorno presencial completo das atividades educacionais em todo o estado de São Paulo, este trabalho aplicou um questionário como procedimento metodológico fundamental da pesquisa, aos alunos em processo de ensino e aprendizagem do 1º e 2º Anos do Ensino Médio da rede pública do município de Rio Claro – SP. O objetivo principal desta pesquisa é compreender como os alunos lidaram com a mudança repentina para o método de Ensino a Distância, a partir dos dados obtidos por meio da aplicação do questionário, que possibilitou a realização de uma análise crítica do nosso objetivo de estudo. A tentativa é de entender quais os possíveis problemas que esta mudança causou, não só nos alunos, como nos professores e na estrutura de ensino pública brasileira.

Palavras-Chave: **Ensino a Distância. Impactos. Pandemia. Transição.**

ABSTRACT

In the present work, qualitative research was developed with a case study that aims to understand the impacts that became occasioned in the public education in Brazil, due to the transition of the teaching model during the lifetime of the covid-19 pandemic. In this sense, it started from an analysis of the educational plans and objectives since the movement New School in 1932, until the decision political-educational that permeated this controversial period during the disease outbreak in 2020 until 2022. With the decrease in cases of Covid-19 and the complete face-to-face return to educational activities in almost the entire state of São Paulo, this work applied a questionnaire as a fundamental methodological procedure of the research, to the students in process of teaching and learning in the High School of the public education system in the city of Rio Claro – SP. The objective is that, based on these data obtained through the questionnaire, an analysis is carried out to understand how they dealt with the sudden change to the distance learning method. The attempt is to understand the possible problems that this change has caused, not only in students, but also in teachers and in the Brazilian public education structure.

Key Words: Distance Learning. Impacts. Pandemic. Transition.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Respostas obtidas através da 1ª questão do Formulário.	34
Figura 2 - Respostas obtidas sobre a existência de um local propício para estudos.	35
Figura 3 - Respostas obtidas sobre o acompanhamento do conteúdo.	36
Figura 4 - Experiência geral dos alunos com relação ao modelo de Ensino Remoto.	37
Figura 5 - Percepção dos alunos sobre seu próprio aproveitamento.	38
Figura 6 - Criação de uma rotina de estudos.	38
Figura 7 - Esclarecimento de dúvidas durante o Ensino Remoto.....	39
Figura 8 - Possível falta do ambiente escolar como um todo.....	39
Figura 9 - Preferência dos alunos com relação ao modelo de ensino.....	41

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CMSP - Centro de Mídias do Estado de São Paulo

EaD - Ensino a Distância

FIES - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

FUNDEF - Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

GTI - Grupo de Trabalho Interministerial

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

PNE - Plano Nacional de Educação

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PROUNI - Programa Universidade para Todos

SEDUC-SP - Secretaria da Educação do Estado de São Paulo

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO	10
2- METODOLOGIA DE PESQUISA.....	14
3- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
3.1 - QUESTIONÁRIO	18
4- CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	20
4.1- PERÍODO VARGAS (1930-1945)	21
4.2 – A VOLTA DA DEMOCRACIA (1946-1964).....	22
4.3 – OS ANOS DE REGIME MILITAR (1964-1985)	23
4.4- A EDUCAÇÃO NO PÓS-REGIME MILITAR.....	24
4.5 – OS ANOS DE GOVERNO LULA	25
4.6- GOVERNO DILMA E PERÍODO DE TRANSIÇÃO	28
5- GOVERNO BOLSONARO, PANDEMIA E A EDUCAÇÃO.....	30
6- RESULTADOS E DISCUSSÕES	34
7- CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
BIBLIOGRAFIA	44
APÊNDICE	46

1- INTRODUÇÃO

Na Constituição Federal, com texto promulgado em 05 de outubro de 1988, no Artigo 205, estabelece que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Sendo assim, desde mencionada data está redigido no documento máximo da nação brasileira, que a educação passaria a ser estimulada não só pelo Estado (Governo), mas também se faria necessária a ajuda da população em seu ambiente familiar no que diz respeito ao incentivo dessa etapa formativa na vida de todo cidadão.

A História da Educação no Brasil começou a se organizar por volta do século XX, mais especificamente por volta dos anos 1960, 1970 e 1980, no período histórico que compreende o regime militar e a elaboração da constituição de 1988 em nosso país, não que antes dessa época ela não existisse, mas ela não era tão organizada quanto passou a ser¹. Essa organização facilitou o processo de entendimento com relação aos eventos ocorridos, pelo menos no que tange a área educacional, pois a informação passou a estar disponível para acesso tendo ela sido comprovada, revisada e publicada.

É comum ver pessoas com idade um pouco mais avançada dizendo que tiveram dificuldades no acesso à educação, isso se deve ao fato de que no período anterior a sua tentativa de disseminação para uma parcela maior da sociedade, ou seja, por volta de 1930, o acesso era mais comum às pessoas das classes sociais mais altas.

Com isso, devido às dificuldades que o sistema educacional elitista da época propunha, uma grande parcela da população pertencente às classes populares era de certa forma desmotivada a continuar os estudos, pois era necessário trabalhar para ajudar a provir o sustento em suas casas. Sendo assim, somente famílias que possuíam uma boa condição financeira incentivavam seus filhos a completar sua formação; e uma parcela menor ainda era incentivada a almejar quem sabe chegar a uma graduação.

¹ “A partir do fim dos anos 1960 e início dos 70, com o surgimento dos Programas de Pós-Graduação em Educação no país (o da PUC-Rio, em 1965, e da PUC-SP, em 1969, foram os primeiros a se constituir), e dos anos 1980, com a criação do Grupo de Trabalho “História da Educação” da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), em 1984, e do Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” (HISTEDBR), em 1986, cresceu substantivamente a produção de trabalhos em História da Educação no Brasil”. (Vidal & Filho, 2003, p. 37)

Em 1932 surge no Brasil um movimento de renovação no que diz respeito ao caráter pedagógico, denominado Escola Nova, que tinha seus princípios baseados nos que culminavam na Europa naquela época, que efervescia com projetos de renovações a todo momento.

No Brasil, os pioneiros da Escola Nova defendem o ensino leigo, universal, gratuito e obrigatório, a reorganização do sistema escolar sem o questionamento do capitalismo dependente, enfatizam a importância do Estado na educação e desta na reconstrução nacional. (RIBEIRO, 1993, p. 19-20)

O advento da Nova Escola citado por Ribeiro (1993), pode ser considerado a primeira tentativa de virada na história da educação em nosso país, portanto, será ele o ponto de partida da revisão histórica realizada em momento posterior neste trabalho, tendo em vista que a educação passou a ser vista com outros olhos no processo de formação de um projeto de nação.

O presente trabalho irá se ater a mencionar brevemente como foram organizados os projetos educacionais, partindo de nosso recorte de estudo até a data de publicação deste trabalho, discorrendo sobre os planos e metas traçados para se chegar até a situação atual, que culminou no evento-problema central que este trabalho tem como enfoque.

Durante o recorte temporal entre 1930 e 2022 muitos eventos de grande magnitude ocorreram não só no Brasil como no mundo todo. Alguns desses eventos surtiram efeitos direta e indiretamente no modelo educacional de nosso país, até se chegar ao momento atual, quando mesmo quase 100 anos após o início do recorte temporal estudado, ainda existe uma parcela da população que não consegue acesso à educação, bem como uma parcela que consegue acesso, porém devido a fatores externos acaba não conseguindo completá-la e uma parcela que se forma no sistema educacional, porém são classificados como analfabetos funcionais pois, não conseguem exercer as competências básicas, sendo que para (CABRAL, 2003): “O conceito de analfabeto funcional, como o próprio adjetivo indica, deve, contudo, repousar sobre a falta de competência do indivíduo para ler e escrever os textos dos quais necessita em sua vida cotidiana”.

Esta revisão teórica servirá como base para fundamentar o objetivo principal deste trabalho, que busca compreender de que maneiras as decisões tomadas durante o advento da pandemia de Covid-19 ocasionaram influências sobre a educação brasileira. Decisões que influenciam diretamente na vida de milhões de cidadãos que se encontram no Ensino Básico, e que tiveram que enfrentar uma mudança repentina do modelo de ensino presencial para o modelo de ensino remoto.

Para tratar desse tema, fizemos um recorte espacial para que fosse possível obter dados mais precisos e concretos, pelo menos no que tange ao município de Rio Claro – SP. O

município fica localizado no interior do estado de São Paulo, distante 173km da capital São Paulo, possuía uma população de 186.253 pessoas segundo o último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2010 e uma população estimada de 209.548 pessoas para o ano de 2021. Com relação a área da educação, contava com 7.235 matrículas para o Ensino Médio no ano de 2021, distribuídas em 27 escolas das redes pública e privada, onde lecionavam 561 docentes no ano de 2021. Esse recorte realizado para o ensino médio servirá para delimitar o foco do objetivo no presente trabalho.

Existiam 454 alunos do Ensino Médio, matriculados em horário parcial somando-se as redes municipais e estaduais; além de 168 alunos do Ensino Médio matriculados no período integral somando-se as redes municipais e estaduais, segundo dados obtidos através do Censo Escolar 2021, divulgado pelo Instituto Nacional de Pesquisas e Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Para alcançar o objetivo central desta pesquisa, realizou-se um levantamento de dados os quais foram coletados durante pesquisa de campo, contando com sua posterior análise, através de um formulário aplicado aos alunos do Ensino Básico e por meio dele, apoiar a hipótese inicial de que o ensino foi severamente prejudicado no tempo de vigência da pandemia de Covid-19, em principal devido ao implante emergencial do modelo de Ensino Remoto.

Anterior à coleta dos dados e à realização do estudo acreditava-se que as perdas ocorridas no processo pedagógico poderiam ser inestimáveis, afinal de contas, a transmissão de conhecimento não ocorre de forma única e vertical, sendo assim, a falta de contato presencial com outros alunos, com professores e com o ambiente de ensino físico, poderia interferir de maneira negativa no processo formativo educacional e na vida desses milhões de cidadãos que estão se desenvolvendo.

O propósito está baseado na tentativa de quantificar e qualificar os dados vindos diretamente dos alunos, estes os agentes principais, porém não únicos do trabalho. Analisar como ocorreram e quais os resultados desses praticamente 2 anos passados de maneira remota nas escolas do município de Rio Claro – SP.

Ainda tratando diretamente sobre os alunos, escutar o que eles têm a dizer pode ser uma ótima alternativa, afinal de contas, ninguém melhor do que quem passou por isso na condição de estudante para responder os questionamentos sobre o modelo que foi implementado, como se sentiram com sua aplicação e suas inúmeras outras queixas ou elogios que porventura surgirão.

Outro objetivo do presente trabalho é comprovar a hipótese inicial de que essa forma de educação não é justa para uma parcela dos alunos brasileiros, pois existem inúmeras condições

que não favorecem esse modelo de ensino, sendo assim, como seria possível prever direitos iguais para todos, se a proposta inicial por si só, parte sendo excludente para aqueles que não possuem as condições de acesso?

Além do mais, não podemos deixar de levar em consideração os danos psicológicos acarretados durante esse distanciamento social que foi imposto. Afinal, mesmo sendo focado para uma causa maior no combate ao Covid-19, esses danos já estavam presentes em nossa sociedade e podem piorar a situação dos alunos no já precário sistema de ensino brasileiro.

Os resultados serão apresentados através de gráficos elaborados pelo autor, presentes em momento posterior neste documento, e com isso cada um deles trará uma análise para fundamentar nossa hipótese de que o distanciamento e consequentemente, o modelo de ensino remoto levou a uma piora na qualidade do Ensino Básico na rede pública. É válido lembrar que esta piora já estava em curso há décadas, sendo assim, a pandemia foi apenas um agente agravante de uma situação-problema que já era noticiada.

As contribuições que serão apresentadas podem ser contempladas como um pequeno experimento, que visa a obter uma melhora no ensino público das escolas de Rio Claro. Também podem colaborar de maneira posterior para que o município tenha uma base sólida para traçar futuros planos de metas que colaborem na melhoria da educação e quem sabe possam ser utilizados em maiores escalas.

2- METODOLOGIA DE PESQUISA

A metodologia de pesquisa usada nesse trabalho foi dividida em quatro momentos, sendo eles: revisão histórica dos projetos educacionais; levantamento de dados existentes e fundamentação teórica; coleta e análise de dados.

Inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem de análise crítica sobre como ocorreu o caminho que a educação brasileira percorreu durante um determinado recorte temporal, onde foi revisto uma enorme quantidade de material para que não houvesse uma polarização com relação ao modo de vista como a educação procedeu.

Essa revisão dos projetos educacionais propostos/realizados no período de tempo que parte do movimento Nova Escola até o momento atual, serve como base para auxiliar o leitor sobre o entendimento dos elementos históricos que colaboraram na construção da educação brasileira, tendo em vista sua frágil situação principalmente no que tange à educação pública.

No segundo momento, foi realizado um levantamento bibliográfico para consultar o material teórico-científico já existente sobre o assunto principal do trabalho, ou seja, a questão da transição entre o modelo de ensino presencial para o modelo de ensino remoto. Por sequência ocorreu uma seleção através de análises a respeito dessas obras analisadas, afinal de contas por se tratar de um tema relativamente novo, existiam publicações sobre o tema de educação a distância no Brasil, porém o arcabouço não era de grande vastidão.

Surgiram inúmeras obras relacionadas aos mais variados temas educacionais durante o período pandêmico: do modelo de ensino remoto; da transição entre os modelos de ensino; do modelo híbrido de ensino; dos processos de aprendizagem; da falta de acesso; da desigualdade no acesso; da desigualdade na qualidade etc. O processo de leitura, assimilação e seleção do material que porventura seria utilizado neste trabalho foi realizado levando-se em conta as alterações constantes que efervesciam no âmbito da educação, sendo assim, esse filtro utilizado foi de extrema importância para que o padrão de qualidade se mantivesse o mais elevado possível.

O terceiro momento consiste na interpretação dos dados obtidos por meio da pesquisa quantitativa aplicada, sendo que a única pergunta qualitativa será comentada nas considerações finais do presente trabalho, pois não apresentava obrigatoriedade de resposta, ficando a cargo de cada aluno optar ou não pela realização.

Este momento foi crucial para a realização do trabalho, pois o que se buscou foi a precisão dos dados, afinal de contas a teoria e hipótese se baseiam na opinião que provém

diretamente dos alunos, portanto, foram designados meses de trabalho para que fosse possível obter uma amostra significativa o suficiente para permear esta pesquisa.

Para tanto, foi realizado um estudo de caso, que deve ser bem delimitado, devendo ter seus contornos claramente definidos ao longo do estudo, tal como postula LÜDKE & ANDRÉ (2014)

Posteriormente, foi realizada uma revisão dos dados, sua preparação e elaboração para que sejam mostrados os resultados obtidos, explicando os motivos pelos quais foram levantados os questionamentos e mostrando seu resultado prático.

A metodologia da pesquisa foi fracionada neste tópico somente com o propósito de explanação do método aplicado, pois, as fases de um estudo de caso se entrelaçam formando um emaranhado que se sobrepõe em vários momentos (NISBET & WATT, 1978 apud. LÜDKE & ANDRÉ, 2014).

3- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O referencial teórico a ser utilizado se manteve como uma das dificuldades que porventura surgiram na elaboração do presente trabalho, tendo em vista que a disseminação do Ensino Remoto durante a pandemia de Covid-19 se trata de um assunto relativamente novo, existem algumas obras já publicadas, porém ainda está se firmando o que possui uma base sólida e o que pode ser descartado.

Após ter em mente o referencial teórico escolhido, pôde-se pontuar que o trabalho se baseou em artigos acadêmicos escritos durante o período de pandemia, tal como os que constam na seção de bibliografia. Além deles, optou-se pela linha de raciocínio da Teoria da Aprendizagem, formulada por Lev Vygotsky, que postula que o desenvolvimento acontece a partir da interação social, portanto, como a interação social foi dificultada irei me basear em suas premissas para permear os rumos deste trabalho.

Na abordagem vygotskyana, o homem é visto como alguém que transforma e é transformado nas relações que acontecem em uma determinada cultura. O que ocorre não é uma somatória entre fatores inatos e adquiridos e sim uma interação dialética que se dá, desde o nascimento, entre o ser humano e o meio social e cultura que se insere. (NEVES & DAMIANI, 2006)

Portanto, segundo Neves e Damiani (2006) ao descreverem a abordagem de pensamento de Vygotsky, podemos assumir que as interações que uma pessoa assume com o meio onde ela se localiza colaboram de maneira direta com sua formação como indivíduo, sendo imprescindível que elas aconteçam a todo momento, de formas variadas visando ao seu desenvolvimento. Podemos então nos apropriar das afirmações de Teresa Cristina Rego (1999), ao discutir a Teoria de Aprendizagem Vygotskyana:

Em síntese, nessa abordagem, o sujeito produtor de conhecimento não é um mero receptáculo que absorve e contempla o real nem o portador de verdades oriundas de um plano ideal; pelo contrário, é um sujeito ativo que em sua relação com o mundo, com seu objeto de estudo, reconstrói (no seu pensamento) este mundo. (REGO, 1999)

Dentre as questões a serem resolvidas devemos pensar nessa implementação forçada do Ensino Remoto, em função dos imperativos da saúde pública e as marcas que ele deixará nos alunos que passaram por esse período, sendo assim, teria o processo pelo qual os alunos passaram sido dificultado devido aos métodos impostos ou pode ele ter sido o início de uma nova alternativa de aprendizagem através da modalidade a distância?

A complicada relação entre o medo da morte e a produção de conhecimento são indissociáveis, afinal de contas nossos instintos básicos são permeados pela busca à manutenção

da vida, baseados nisso podemos fazer uma relação com o momento de estudo, onde o medo iminente de morte durante a pandemia pode ter afetado negativamente a produção de conhecimento nos alunos, pois suas maiores preocupações e esforços estavam voltados à sobrevivência, sendo essa relação entre medo e produção de conhecimento mencionada por Tuan (2005).

Somos a favor da vida, especialmente como se manifesta na saúde de nosso próprio corpo. A integridade do corpo é o alicerce da nossa sensação de ordem e completude. Quando adoecemos, também parece que o mesmo acontece com o mundo. Quando fechamos os olhos e morremos, o mundo também cai no esquecimento. O corpo é nosso cosmo mais íntimo, um sistema cuja harmonia é sentida em vez de percebida simplesmente (TUAN, 2005, pp. 139-140).

Este ponto será um dos maiores desafios no presente trabalho, entender quais foram os pensamentos que guiaram a rotina dos alunos e como eles podem ter impactado nessa piora que possivelmente está em curso devido a tal fato. Tal como mencionado por Tuan (2005), o processo inverso também acontece, pois quando o mundo adoece, adoecemos junto dele, sendo assim, essa definição se encaixa perfeitamente no recorte temporal de estudo.

Devemos pensar também que iremos trabalhar inicialmente com alunos do Ensino Médio, com isso nosso objeto de estudo fica limitado a uma certa faixa etária para que possamos entender a realidade emplacada a eles, mas levando isso em consideração, será que a opinião deles pode ser baseada para todos os níveis de ensino?

Previamente acreditamos que não, afinal não se pode fazer uma generalização e usá-la para todos, mas ela conseguirá pelo menos fornecer informações sobre esta faixa etária, através do questionário que lhes foi proposto, possibilitando-nos entender como se deu esse processo.

A atividade educacional é inegavelmente atingida, limitada pelo isolamento físico domiciliar, com impacto direto e crucial na vida das famílias, das escolas públicas e privadas, nos processos de aprendizagem e na docência (Filho, 2020, p. 4).

Manoel Martins Santana Filho menciona esses fatos ao escrever sobre os problemas que porventura estavam por surgir na educação geográfica, logo no início do período de pandemia em nosso país. Após o término completo desse período de pandemia iremos nos apropriar de sua afirmação e partir dela como um dos princípios desse estudo, que visa entender o que causou estes impactos tão cruciais nos processos de aprendizagem e docência.

E por último, a gênese do estudo que é o acesso a essa educação remota, como ele ocorreu para os alunos, pois se levarmos em consideração que foi trabalhado com escolas públicas, consequentemente devemos pensar nas questões sociais, sendo assim todos os alunos tiveram uma forma de acessar o ensino tal como lhes foi proposto? Existem milhões de

brasileiros país adentro que não possuem acesso a celulares, computadores ou televisão, sendo assim, como tratar com igualdade uma proposta que desde o princípio não é igual para todos?

3.1 - QUESTIONÁRIO

O levantamento bibliográfico realizado em momento anterior serviu como base estrutural da metodologia de pesquisa e posterior elaboração do questionário norteador, o qual foi aplicado aos alunos do 1º e 2º ano da Escola Estadual Silvio Januário Pezzotti, localizada na Rua 8 JN, número 450 – Bairro Jardim Novo I, no município de Rio Claro – SP. Foram obtidas respostas de 59 alunos que aceitaram colaborar com a pesquisa, sendo que a participação no questionário era opcional. O formulário ficou disponível para ser preenchido pelo período de 14 dias, com início em 03 de agosto de 2022, até a data de 17 de agosto de 2022 e se encontra completo nos apêndices d.

Essa foi a única escola da rede pública estadual de Rio Claro que se dispôs a colaborar com essa pesquisa. Dentre as outras 12 demais escolas da rede pública, 4 se negaram a participar e houve a tentativa de contato com as outras 8 através dos e-mails institucionais, não obtivemos respostas por parte dos dirigentes. A dificuldade encontrada na colaboração foi um dos fatores cruciais ao desenvolvimento desse trabalho, que se propôs a ouvir diretamente todos os alunos das escolas públicas estaduais do município, porém o acesso a eles não ocorreu da forma esperada.

A amostragem de 59 alunos do Ensino Médio em horário parcial, corresponde a 12,96% dos alunos do Ensino Médio em horário parcial na rede pública do município de Rio Claro – SP, pois segundo o Censo Escolar de 2021 a cidade possuía 455 alunos matriculados no Ensino Médio, sendo 362 pertencentes a Rede Estadual Urbana e 93 pertencentes a Rede Estadual Rural. Ainda existiam outros 162 alunos matriculados na Rede Estadual Urbana, porém faziam parte do conjunto letivo Integral.²

A aplicação do questionário ocorreu de forma online por meio da ferramenta “Google Formulários”, sendo que ela aconteceu no Laboratório de Informática da escola, onde os alunos que se dispunham a colaborar possuíam livre acesso aos computadores públicos, no período

² “É considerado período integral toda jornada escolar organizada em sete horas diárias, resultando em carga horária anual de 1400 horas”, o qual é definido pelo Artigo 36 do parecer número sete da Resolução do Conselho Nacional de Educação (2010).”

que compreendia a aula semanal de Geografia. Agradecimento especial a diretora da instituição Érica Arnold, a qual autorizou a realização dessa pesquisa na escola; e ao professor de Geografia, Pedro Ferrini Manhães Bacellar, o qual colaborou em disponibilizar uma parcela do tempo de suas aulas para contribuir com a pesquisa.

Foram utilizadas perguntas objetivas, sendo assim, a maior parte das questões realizadas eram fechadas. Esse fator contribuiu na elaboração da análise crítica do estudo de caso realizado. Por outro lado, um questionário formado apenas por perguntas fechadas pode apresentar uma uniformização das respostas que não necessariamente acontece, devido a isso, o que se buscou no desenvolvimento foi entender as condições de ensino de forma fechada e por fim deixar um espaço aberto para os alunos se expressarem com suas próprias palavras.

O processo de adequação de linguagem também foi utilizado durante a formulação do questionário, pois termos técnicos poderiam dificultar o entendimento dos entrevistados, além de mudar os resultados obtidos, sendo assim, foi utilizada uma linguagem que abrangesse o mundo-vida dos entrevistados.

4- CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.

Nesse momento acreditou-se ser importante narrar, ainda de que maneira breve, como aconteceu a História da Educação em nosso país e para tanto, realizou-se um levantamento bibliográfico que compreende um recorte temporal de aproximadamente 90 anos, partindo de um grande marco tal como o surgimento do movimento Escola Nova no Brasil, que remonta aos anos de 1930. Portanto, a partir desse marco histórico serão citados brevemente os acontecimentos mais importantes que ocorreram e também será discorrido sobre os planos educacionais propostos por nossos governantes e como eles aconteceram na prática.

Essa contextualização está presente no intuito de causar ao leitor um certo desconforto, e conseqüentemente levá-lo a se questionar sobre as decisões políticas propostas e tomadas, não só durante o período contextualizado como também durante nosso recorte temporal de estudo, ou seja, os anos de pandemia de Covid-19.

É válido lembrar que a educação no ensino superior público vinha sofrendo nas últimas décadas um processo de cortes nos gastos orçamentários, ao passo em que a quantidade de alunos vem crescendo exponencialmente nessas instituições, o dinheiro fornecido pelo governo continua o mesmo, sofrendo poucos reajustes ou incentivos. Dessa forma, o desenvolvimento de um projeto educacional nas universidades públicas e na ciência como um todo acaba por figurar um papel de coadjuvante, sendo o ensino superior o ciclo mais afetado dentre todos da educação pública.

Esse problema da falta de reajustes e fortes incentivos financeiros que vem ocorrendo, não só no governo atual como também nos anteriores, cria uma prerrogativa de que o modelo atual das universidades está insustentável, com isso ocorre um forte debate na tentativa de transferir alguns cursos do ensino superior público da modalidade presencial para a modalidade a distância, e com isso ocorreria o fechamento de universidades para equilibrar os gastos da União.

A pandemia de Covid-19 tornou-se então um experimento da modalidade a distância em todos os níveis de educação, onde os alunos se mantiveram através da modalidade de ensino a distância como medida emergencial para conter os riscos de disseminação da doença.

A realização desse exercício de observação do passado e das políticas propostas durante a vigência deste conturbado período, remete ao questionamento que se busca que o leitor realize durante o governo do atual presidente, Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) e como ele e sua equipe conduziram a pasta da Educação, um dos mais frágeis pilares da sociedade brasileira nesse período.

4.1- PERÍODO VARGAS (1930-1945)

Getúlio Dornelles Vargas, advogado e político brasileiro chega ao poder após liderar um Golpe de Estado, movimento que ficou conhecido como “Revolução de 30” em nosso país, sendo que desde o ano de 1898 era comandado pela “Política do Café com Leite” período em que alternadamente líderes dos dois estados brasileiros mais poderosos na época (São Paulo e Minas Gerais) se revezavam na presidência.

Onze dias após tomar posse, Getúlio em um de seus primeiros atos cria o “Ministério da Educação e Saúde Pública” e nomeia Francisco Campos como o primeiro Ministro da Educação, o qual já possuía ampla experiência na área, após reformular a educação do estado de Minas Gerais na década de 1920.

As políticas aplicadas na educação se fundamentavam nas concepções do novo movimento que vinha surgindo e ganhando força na Europa e na América do Norte, denominado Escola Nova.

Esse movimento tinha como principal característica a crença de que a educação é o meio único e exclusivo para a formação de uma sociedade verdadeiramente democrática e que fosse capaz de refletir suas escolhas à luz de suas próprias ideias. “A concepção Escola Nova está relacionada ao conjunto de idéias e realizações voltadas para a renovação da mentalidade dos educadores e das práticas pedagógicas” (RIBEIRO, 1969).

Todo esse discurso de reconstrução estava pautado na necessidade da construção de um ideário nacionalista, afinal o mundo acabara de passar pela Crise de 1929, as grandes economias mundiais estavam se recuperando, com isso surge no Brasil a necessidade de se consolidar dentro de seus limites territoriais, ou seja, na América do Sul. Tendo isso em mente, este era o momento ideal para se aplicar uma nova ideologia na reconstrução e reorganização do ensino brasileiro.

Apoiado por grandes nomes da cultura e da literatura brasileira tal como Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, o então ministro Francisco Campos emplaca reformas no: Ensino secundário (Decretos nº 19.890, de 18 de abril de 1931 e nº 21.241, de 4 de abril de 1932) que tinham por objetivo organizar e estabelecer normas para esta etapa de ensino; no Ensino Comercial de Nível Médio (Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931) que foi dividido em dois ciclos; e por último constava a preferência ao sistema universitário em aversão ao modelo de escolas superiores isoladas, ou seja, a implementação do Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto nº 19.851, 11 de abril de 1931).

Todas as medidas anteriormente citadas serviram como base para o próximo ministro da educação, Gustavo Capanema, ganhar popularidade e consolidar grandes reformas na área da educação, pois contava com o apoio da alta elite intelectual brasileira, sendo que chefiou a pasta da educação entre os anos de 1934 até 1945.

Devido à grande influência que Capanema tinha, consegue no ano de 1942 aprovar a Lei Orgânica do Ensino Industrial (Lei nº 4.073, de 30 janeiro de 1942), a qual fica popularmente conhecida como “Reforma Capanema”. Foi instituído um primeiro ciclo de 4 anos de duração chamado “Ginasial” e um segundo ciclo de três anos.

“Desta forma, pode-se cogitar que, apesar da perspectiva nacionalizante que se intentou imprimir à educação a partir dos anos 30, e mais particularmente a partir do Estado Novo, tais medidas eram coerentes com o cenário econômico, político e social nacionalista que vicejava no país naquele momento, combinado ao contexto internacional favorável a este tipo de ideário. Tais políticas, contudo estiveram muito mais voltadas para a conformação de uma educação em bases nacionais do que para a implantação efetiva de uma pedagogia autoritária”. (Brito, 2009).

Portanto, para Brito (2009), podemos concluir que ante o cenário pelo qual o Brasil e o mundo passavam naquela época, as políticas aplicadas durante o governo Vargas estiveram de acordo com o que propunham, não só através de decretos instaurados, mas também na responsabilidade de organização do sistema educacional que lhes foi incumbida.

4.2 – A VOLTA DA DEMOCRACIA (1946-1964)

A população brasileira vinha sofrendo com o desgaste e insatisfação do “Estado Novo” e como resultado direto das ações de Vargas, solicita uma votação democrática onde Eurico Gaspar Dutra acaba vencendo e assumindo a presidência do Brasil. Ainda em 1946 entra em vigor uma nova Constituição Federal, onde a educação passa a figurar como direito de todos, também foram atrelados os recursos da União ao investimento na educação:

...estabelecendo que a União deveria aplicar nunca menos de 10% e Estados, Municípios e Distrito Federal, nunca menos de 20% das receitas resultantes dos impostos na manutenção do desenvolvimento do Ensino – Art. 169. (Vieira & Farias, 2007).

Com a consolidação da volta de Getúlio ao poder por vias democráticas em 1951, uma de suas promessas foi a ampliação da verba destinada à Educação, em conjunto com um aumento da porcentagem de alfabetização. Porém, consegue cumprir pouco do que prometeu,

com um crescimento quase insignificante da alfabetização, e a exclusão no quesito educacional continuou prevalecendo.

Anos mais tarde, já no governo de Juscelino Kubistchek, o forte viés desenvolvimentista que vigorava na época faz com que ele priorize o ensino técnico-profissionalizante como objetivo principal no pilar da educação. O intuito desse projeto era formar cidadãos preparados tecnicamente para a expansão projetada, sendo que o tema educação estava sempre presente em seus discursos políticos.

O resultado após seus anos de governo são taxas muito baixas no que diz respeito à progressão escolar. O projeto de construção de uma sociedade que valorizasse a educação e estivesse preparada tecnicamente mais uma vez falhara, entregando o mandato com um sistema tão elitista e desigual quanto fora durante os anos de Dutra e Vargas.

O último governante antes do golpe militar foi João Goulart, que ao receber um sistema de ensino excludente e com taxas baixas no quesito alfabetização tenta novas maneiras de abordagem na educação. Em seu governo, no ano de 1962 é homologado o 1º Plano Nacional de Educação, elaborado já na vigência da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº 4.024, de 1961 pelo Conselho Federal de Educação e que teve como relator Anísio Teixeira. “Era basicamente um conjunto de metas quantitativas e qualitativas a serem alcançadas num prazo de oito anos.” (PNE, 2001c).

4.3 – OS ANOS DE REGIME MILITAR (1964-1985)

A democracia brasileira sofre um golpe no ano de 1964 e o comando da nação passa para as mãos dos militares. Após consumado o golpe, o Instituto de Estudos Políticos e Sociais (IPES) sob comando do General Golbery do Couto e Silva prepara um evento para tratar sobre as reformas necessárias à educação, onde era proposto: “O ensino médio teria como objetivo a preparação dos profissionais necessários ao desenvolvimento econômico e social do país” (Souza, 1981, p. 67-68 apud Saviani, 2008, p.5).

O objetivo geral dos governantes do período militar com relação à educação era o mesmo e convergia para um ponto em comum, que consistia na formação de mão de obra profissionalizante no nível médio para adequar a população às necessidades que os anos anteriores de progresso com Juscelino haviam trazido.

No âmbito do ensino superior foram criados cursos de curta duração, porém somente aqueles que atendiam as exigências do mercado mantinham-se ativos. Em 1969 entra em vigor

a Lei da Reforma Universitária (Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968), regulamentada pelo Decreto n. 464, de 11 de fevereiro de 1969), que estabelecia normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média.

Uma das maiores perdas para o ensino veio juntamente da aprovação da Constituição de 24 de janeiro de 1967, que contrária às duas Constituições anteriores (1934 e 1946), eliminou o vínculo orçamentário entre a União, estados e municípios de obrigatoriamente depreender parte da receita para a educação. Com isso, o governo foi reduzindo gradativamente o montante: “desceu de 7,60% (em 1970), para 4,31% (em 1975), recuperando-se um pouco em 1978, com 5,20%” (Vieira, 1983, p.215 apud Saviani, 2008 p.9).

A diminuição do orçamento para a educação durante o regime militar criou a prerrogativa perfeita para a abertura e estímulo à iniciativa privada. Foi nesta época que ocorreu uma forte disseminação do ensino superior privado em nosso país, afinal de contas o governo militar concedia bolsas de estudo como nunca havia acontecido.

Temos então que os militares recebem um sistema de educação já em níveis precários devidos às inúmeras falhas dos governantes antecessores, e conseguem dificultar ainda mais a situação ao diminuir de forma drástica o orçamento destinado a esta pasta.

4.4- A EDUCAÇÃO NO PÓS-REGIME MILITAR

A primeira eleição direta teve como vencedor Fernando Collor de Mello, o qual assume a posse de Presidente da República em 15 de março de 1990. Nenhum programa foi implementado durante seu tempo de vigência no poder, sendo que a política educacional pode ser resumida às sugestões realizadas no preço de mensalidades das escolas privadas que já se espalhavam pelo país.

Collor é deposto através de impeachment e seu sucessor, Itamar Franco, assume durante o período de 29 de dezembro de 1992 até 1º de janeiro de 1995. As primeiras mudanças significativas começam a surgir, tal como o lançamento do Plano Decenal “Educação para Todos” inspirado no projeto homônimo da conferência realizada na Praia de Jomtien, Tailândia, de 1991.

O próximo presidente é Fernando Henrique Cardoso, o qual governa por dois mandatos seguidos de 1º de janeiro de 1995 até 1º de janeiro de 2003. Durante seu período de governo a pasta da educação começa a tomar rumos promissores, onde eram discutidas a ampliação e democratização do ensino; formação e capacitação de professores, associada a uma política

salarial além de planos de carreira; utilização de novas tecnologias educacionais e priorização de investimentos.

A política educacional do Governo Fernando Henrique Cardoso se distinguiu pelo fato de se fundamentar num diagnóstico prévio e compreensivo da situação e dos principais problemas do sistema educacional. O diagnóstico permitiu o estabelecimento de prioridades e a definição dos instrumentos de atuação a serem utilizados (Durham, 1999).

A educação básica no Brasil, ou seja, os ciclos Infantil, Fundamental e Médio estavam tomando corpo para se consolidar de vez, com isso, o governo passou a articular de maneira mais organizada a intermediação entre estados e municípios junto à União e a forma como ocorreria a distribuição de renda e evolução do sistema, segundo Eunice Ribeiro Durham (1999).

Desde os anos finais do regime militar os educadores já estavam procurando intervir o quanto fosse possível nos rumos do projeto educacional nacional, sendo que chegaram até a protocolar um projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, mesmo que tenha sido derrotada. Essas tentativas foram mostrando resultados e ganhando força, até que no ano de 1997 é elaborado o Plano Nacional de Educação (PNE) que ficou conhecido como “Projeto da Sociedade Brasileira” (SAVIANI, 2018).

4.5 – OS ANOS DE GOVERNO LULA

Eleito democraticamente com 61,27% dos votos nas eleições de 2002 ao derrotar José Serra, Lula se reelege para a presidência no ano de 2006, construindo assim um ciclo sólido de 8 anos de governo que promoveu muitos avanços ao país, comprovado pelo nível de crescimento apresentado nas mais variadas frentes onde atuou.

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, após cumprido seu segundo mandato, foi apontado como promotor de políticas sociais dirigidas aos setores mais vulneráveis da população (MARQUES e MENDES, 2007). Este fator foi crucial para o apontamento de seu sucesso, sendo que ao fim de seu mandato apresentava mais de 80% de avaliação positiva. Após herdar do governo anterior uma reforma no ensino que passava desde os níveis mais básicos até o ensino superior, seu primeiro mandato no que tange a educação fica marcado por apenas consolidar o projeto que havia sido iniciado no governo de Fernando Henrique Cardoso.

A primeira grande mudança acontece somente no ano de 2006, seu último ano do primeiro governo, quando por meio da Emenda Constitucional n. 53, de 19 de dezembro de 2006, é reajustado o parágrafo 5º do art. 212 da Constituição Federal e o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, é criado no governo o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), que funcionava basicamente como uma ferramenta de financiamento da educação básica brasileira, a qual englobava as três esferas (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio). “O FUNDEB pretende, na visão de seus proponentes e defensores, corrigir falhas que apontaram no FUNDEF, como a exclusão da educação infantil, EJA e ensino médio e de seus profissionais e a irrisória complementação federal” (DAVIES, 2006)

Apresentado ao país em 15 de março de 2007, o assim chamado Plano de Desenvolvimento da Educação foi lançado oficialmente em 24 de abril, simultaneamente à promulgação do Decreto n. 6.094, dispondo sobre o “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”. (SAVIANI, 2007). Tinha como principais eixos norteadores: Educação Básica, Educação Superior, Educação Profissional, alfabetização e diversidade, sendo todas as frentes realizadas através de uma conexão entre a Educação, território e desenvolvimento e buscava-se uma maior qualidade do ensino, equidade de acesso e qualidade e uma alta potencialidade. O plano buscou uma maior articulação entre as esferas da União, estados e municípios e tinha como propósito diminuir a desigualdade entre as oportunidades de educação das diferentes classes sociais, visando promover o lema de “Educação para Todos”.

É criado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) também no ano de 2007, que funcionava como uma ferramenta para medir a qualidade na educação, sendo que a intenção era entender as condições de ensino no Brasil, a nota média a ser alcançada era seis, em uma escala que iria de zero a dez. “Uma visão mais integrada de desenvolvimento educacional, que considera tanto o desempenho dos estudantes em testes padronizados como informações de fluxo” (FERNANDES, 2007).

Ao final do governo Lula, o IDEB alcançou nota 5,0 nos anos iniciais, ultrapassando a projeção de 4,9 que era preterida para o ano de 2013; nos anos finais do ensino fundamental o índice atingiu 4,1 e também ultrapassou a projeção de 3,9; e por último no ensino médio o índice atingiu nota 3,9 tal qual era projetado para o ano de 2011.

Já na educação superior o governo Lula foi marcado pela instituição de um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), através do Decreto de 20 de outubro de 2003, que foi “encarregado de analisar a situação da educação superior brasileira e apresentar um plano de

ação visando a reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)” (OTRANTO, 2006).

Esse GTI realiza então uma análise onde foi evidenciada a crítica situação que a educação superior brasileira passava, já que seriam necessárias ações para reposição do quadro docente; ampliação das vagas disponíveis; financiamento estudantil e surge pela primeira vez em documento oficial o incentivo a Educação a Distância, pois segundo o GTI não existiam condições de grandes ampliações no número de vagas devido a limites físicos impostos, sendo a educação a distância um dos caminhos viáveis e necessários.

Através da prerrogativa de que o ambiente estrutural físico das Universidades Públicas e Privadas não daria conta no curto-médio prazo da necessidade de vagas que ocorria, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e o então Ministro da Educação, Fernando Haddad, assinam o Decreto nº 5622, de 19 de dezembro de 2005, regulamentando a oferta da modalidade de ensino a distância no país e deixando um caminho livre para a iniciativa privada externa entrar com todas as forças e recursos possíveis.

Segundo as palavras de Otranto (2006), a instituição universitária brasileira estava com sua identidade seriamente ameaçada, sendo vista nesse momento como um bem econômico e com interesses de investimento por parte da Organização Mundial do Comércio (OMC), ou seja, esse financiamento proposto criava um contexto negativo para as bases mesmo que não tão sólidas, porém existentes da educação superior brasileira, com isso:

O financiamento da educação superior não pode ser visto como “gasto” e sim como investimento da sociedade para a sociedade, uma vez que contribui significativamente para a soberania da nação e preservação de sua identidade cultural (Otranto, 2006).

Um grande incentivo que também surgiu durante o governo Lula foi a criação do Programa de Financiamento Estudantil (FIES), criado pelo Ministério da Educação que destinava financiamentos a estudantes de cursos superiores presenciais não gratuitos; e o Programa Universidade para Todos (PROUNI), que tinha como foco os estudantes das classes sociais mais carentes, ações afirmativas destinadas a população negra, indígena e portadores de deficiências físicas que eram beneficiados com bolsas de estudos no intuito de facilitar o acesso dessas pessoas à educação de nível superior.

Nota-se, por fim, uma concepção de democratização do acesso à educação superior norteadas pela ideia de inclusão social, de modo que, por meio da diversidade de programas instituídos, as políticas públicas para a educação superior suscitaram não somente em um cenário expansionista, mas também propiciaram o ingresso de indivíduos de diferentes segmentos sociais nesse nível de ensino (ROSA, 2013).

Em resumo, partindo das concepções de Rosa (2013) houve um avanço significativo no acesso à educação de nível superior no país durante o governo Lula, a qual foi incentivada pelas políticas públicas voltadas tanto para a iniciativa pública quanto para a iniciativa privada, fazendo com que a população que antes não tinha acesso, agora passasse a frequentar instituições para garantir uma formação.

Não obstante aos avanços, houve divergências e preocupações com relação a esse modelo proposto, pois ao mesmo tempo que o Estado incentivava a difusão e crescimento do ensino superior, deixava na mão da iniciativa privada essa grande tarefa, através da alocação de recursos da União por meio de financiamentos.

4.6- GOVERNO DILMA E PERÍODO DE TRANSIÇÃO

A primeira mulher na História a assumir o cargo de Presidente da República é Dilma Vana Rousseff, empossada em 1º de janeiro de 2011 junto de seu vice-presidente, Michel Temer, que mais tarde, durante o final do segundo mandato de ambos, assumiria devido a um processo de *impeachment* sofrido pela presidente, sendo acusada por manobras fiscais e denúncia de corrupção.

Com relação a área da educação, a presidente apresenta propostas de continuidade da consolidação das bases que haviam sido criadas pelos dois últimos governantes, FHC e Lula, na qual os gastos com educação haviam sido atrelados à União, houve uma expansão significativa tanto na melhoria do ensino básico como um aumento significativo na disposição de vagas no ensino superior.

Entre as novas propostas apresentadas se encontram o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), que tinha por finalidade realizar uma conexão entre os jovens que estavam por se formar no Ensino Médio e o seu ingresso no Ensino Técnico/Profissionalizante. Esse programa surge no contexto de uma grande demanda de mão-de-obra especializada pela qual o país passava, em um momento em que o crescimento econômico estava pulsante, o Brasil era tido como uma das maiores potências da década. O PRONATEC ofertou então 9,4 milhões de vagas, de modo a estimular a inclusão produtiva e para abrir novas possibilidades no mercado de trabalho. (MERCADANTE & ZERO, 2018).

A qualidade da educação continuou a progredir usando-se como parâmetro as metas estabelecidas pelo IDEB, tanto nos anos iniciais quanto nos anos finais do Ensino Fundamental. Segundo Cardoso e Nez (2021): “É possível constatar que Lula e Dilma ampliaram em 206%

o orçamento do MEC, criaram o FUNDEB e o Piso Salarial Nacional do Magistério, além de expandirem a escolarização obrigatória (dos 4 aos 17 anos)”.

Mesmo com avanços significativos no âmbito educacional, no contexto econômico a popularidade da presidente Dilma estava em baixa ditada pela recessão global que acontecera, com isso tem início em dezembro de 2015 e fim na data de 31 de agosto de 2016 o *impeachment* da presidente, que culminou com a posse de Michel Temer.

O novo então presidente possui uma pauta divergente da comandante superior e agora o foco é estabelecido por um forte viés atrelado à privatização de setores públicos, no caso a educação começa a sofrer duros golpes e tem início o seu processo de desmonte:

Discurso recente do atual Ministro José Mendonça Filho aponta as prioridades do órgão, que ao tratar prioritariamente da: a) alfabetização na idade certa até os oito anos de idade; b) reforma do Ensino Médio; c) formação de professores e da d) definição da Base Nacional Comum Curricular, retoma e estabelece seu elo com o passado de reformas neoliberais focalizadas, marcando assim um processo de desmonte e de entrega de direitos intrínsecos à educação pública socialmente referenciada, à lógica voraz, deturpante e excludente do mercado. (MELO & SOUSA, 2017).

Esse processo pontuado por Melo e Sousa (2017) é apoiado pela tentativa que tramitava no governo, através da proposta de EC nº. 241 de 2016, que fora aprovada em outubro de 2016, que estabelece o congelamento dos investimento públicos em educação por vinte anos, e por meio desta o investimento externo se fortaleceria mais um vez em nosso país, ou seja, voltávamos novamente a tempos sombrios com relação à área educacional.

Essa ação aliada a outras pautas do governo constituíram um política de contenção de gastos no intuito do enfrentamento à crise econômica, porém para Melo e Sousa apud. Oliveira (2017), essa ação seria somente uma garantia da ineficiência do Estado, contrariando suas obrigações na manutenção de um projeto educacional em detrimento ao viés econômico. O governo de Temer fica então marcado por esse forte retrocesso em uma área que vinha se consolidando através de inúmeros esforços pelo últimos governantes - seu mandato tem fim em dezembro de 2018.

5- GOVERNO BOLSONARO, PANDEMIA E A EDUCAÇÃO.

Eleito democraticamente com 55,13% dos votos nas eleições de 2018, após derrotar Fernando Haddad, o governo do então presidente Jair Messias Bolsonaro apresenta uma ruptura nos ideais do comando da nação, tendo em vista que o Partido dos Trabalhadores governou por 14 dos últimos 16 anos, sendo interrompido apenas pelo impeachment da então presidente Dilma Rousseff no ano de 2016, a qual foi acusada de práticas de “pedaladas fiscais” e por decretos que favoreciam a abertura de crédito sem autorização do Congresso.

O mandato tem início no ano 2019, com fortes promessas com relação à área educacional, tal como acabar com a “Doutrinação de Esquerda” fazendo alusão a um possível viés tendencioso de professores durante o Ensino Fundamental II e Ensino Médio; além de acabar com a “Esquerdização e balbúrdia” nas Universidades Públicas, segundo palavras proferidas pelo seu segundo ministro da educação, Abraham Weintraub.

O responsável inicial pela pasta foi Ricardo Vélez Rodríguez, que estabeleceu metas ambiciosas, tal como o lançamento dos programas: “Educação Domiciliar”, “Programa Ciência na Escola” e “Alfabetização acima de tudo”. Ricardo foi demitido cerca de 3 meses após o início do mandato, através da alegação de que a gestão não estava funcionando, porém é necessário mencionar que o ministro proferiu declarações controversas sobre o golpe militar de 1964 no Brasil.

Quem assumiu foi Abraham Weintraub, e o mesmo posteriormente seria responsável pela condução dos rumos que a educação deveria seguir durante o período de Pandemia. Entre as pautas de Weintraub, podemos citar a tentativa de implementação do programa “Escola sem Partido”, que dizia respeito a impedir professores de manifestarem suas “posições ideológicas”, impondo regras sobre o que deveria ser dito dentro de sala de aula.

Esse movimento deu origem à tentativa de implementação de mais de 60 projetos de leis, sendo em sua maioria articulados pela extrema-direita conservadora, tal como o então presidente em vigor. Nenhum projeto de lei foi implementado até a data de publicação deste trabalho. O Conselho Nacional de Direitos Humanos emitiu nota repudiando todas as tentativas de implementação. O Alto Comissariado das Nações Unidas tratou esses projetos como ameaça aos direitos humanos.

Outra pauta que surgiu com frequência durante o mandato de Weintraub, sob comando de Bolsonaro foi a ampliação do chamado Ensino a Distância, método de ensino onde professor e aluno não precisam estar necessariamente no mesmo ambiente, sendo necessário apenas um meio de conexão remota entre eles. Esse método pressupõe que o aluno é capaz de compreender

e assimilar o conteúdo ministrado, sem a presença física de um profissional formado para instruí-lo.

Segundo o meio de comunicação Agência Senado, com matéria publicada em 28 de janeiro de 2019 a respeito do Ensino a Distância: “O presidente entende como forma eficaz para se combater a suposta doutrinação política, ao estendê-la também ao ensino fundamental da rede pública, sobretudo áreas rurais. O EaD já está previsto na reforma do ensino médio homologada pelo Ministério da Educação (30% da carga horária)”.

No final do ano de 2019 surgem na China os primeiros casos de uma infecção causada por um vírus que ainda não havia sido identificado em humanos, com o passar do tempo esse novo vírus (SARS-CoV-2) se mostra de fácil propagação e apresenta uma taxa de letalidade que coloca o mundo inteiro sob alerta, com isso, medidas restritivas são tomadas e começa um novo marco na história da sociedade pós-moderna, é estabelecida uma época de completo distanciamento social.

O primeiro caso confirmado no Brasil aconteceu na cidade de São Paulo em 26 de fevereiro de 2020, cerca de dois meses após esta data começa a ser decretada situação de *lockdown* nos estados brasileiros, com isso todas as esferas (Sociais, Econômicas, Políticas e Culturais) são afetadas e necessitam de novas maneiras para se adequar e reinventar.

A área da educação toma então um rumo um tanto quanto controverso e que dividiu opiniões, através do Ensino Remoto ou Ensino a Distância as instituições de ensino públicas e privadas, dos graus mais básicos até o ensino superior, seguem seus caminhos alegando a necessidade de uma continuação no processo de ensino e aprendizagem, através da prerrogativa de que seria inviável pausar por tempo indeterminado o setor da educação.

Através da portaria nº343, de 17 de março de 2020, o Ministro de Estado da Educação, dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, nos limites estabelecidos pela legislação em vigor (Brasil, 2020).

Iremos nos ater aos problemas que porventura surgiram com a implementação forçada e precipitada do ensino a distância, tendo em vista que esse método de ensino já despontava, tal como apontado em momentos anteriores, como uma possível alternativa ao modelo de Ensino Presencial.

Os termos Ensino a Distância ou Ensino Remoto foram mencionados diversas vezes, porém, suas definições ainda não tinham sido apresentadas pelo fato de que este foi o momento na História onde todos os alunos foram transferidos para este modelo, sendo assim,

convencionou-se defini-lo somente agora, dada a obrigação transacional exigida. No Brasil, ele é regulamentado segundo referências baseadas nos padrões internacionais, de acordo com o parágrafo 1º do Decreto nº 9.057/2017:

Para os fins deste Decreto, considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com o pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos. (BRASIL, 2017).

O modelo que foi implantado de forma emergencial em nosso país é algo muito diferente do conceito de Educação a Distância, a educação remota emergencial, a qual, se convencionou denominar por Ensino a Distância, talvez em uma tentativa de ganhar uma notação que demonstrasse imposição, preparo e excelência, na realidade não contou com nenhum dos itens anteriores a não ser a função de substituir de forma imediata o modelo de ensino presencial. Arruda (2020) afirma que: atender, por meio de tecnologias digitais, alunos afetados pelo fechamento das escolas, não é a mesma coisa que implantar Educação a Distância.

No estado de São Paulo, a implementação do Ensino a Distância ficou a cargo da criação de uma plataforma chamada Centro de Mídias da Educação de São Paulo (CMSP), em uma iniciativa da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEDUC-SP), o qual tinha como objetivo ser o meio de conexão entre alunos e professores, para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem através da mediação de tecnologias. Era possível realizar o acesso ao baixar um aplicativo para celular; através de um canal na plataforma YouTube, disponível em meio digital e através da TV Cultura Educação, este por meio da televisão aberta.

O acesso dos alunos era realizado por meio do seu Registro de Aluno (RA) e uma senha, sendo que ao entrar você era direcionado a uma página onde deveria assistir a aula respectiva ao ano de ensino no qual se encontrava. As aulas aconteciam de forma organizada por meio de horários pré-estabelecidos, cobrindo todas as matérias da grade curricular proposta, caso não fosse possível realizar o acompanhamento da aula, era exibida uma reprise uma vez ao dia em horário posterior, sendo que todo o conteúdo era gravado e poderia ser visto mais de uma vez através do canal Centro de Mídias SP, no YouTube.

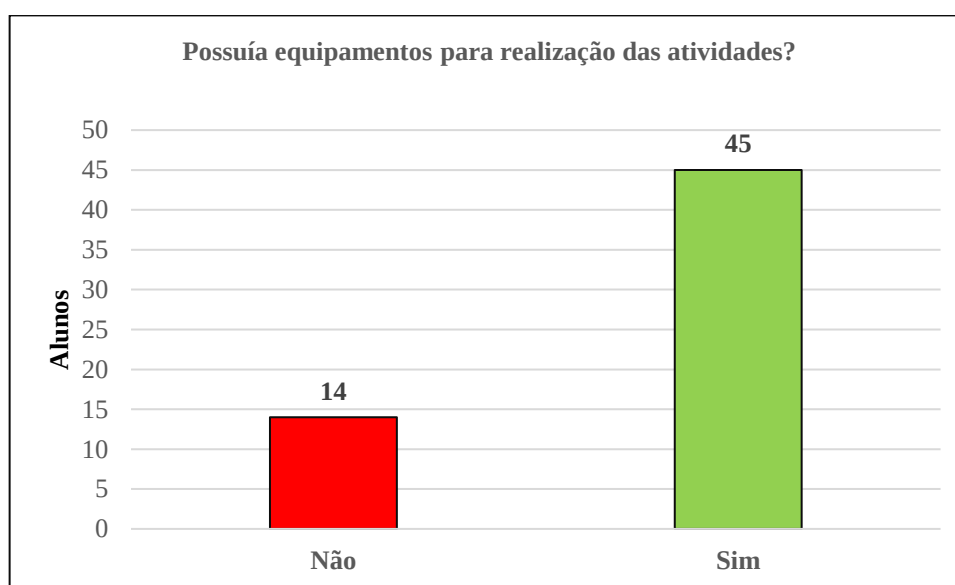
Dentro do aplicativo era possível interagir por meio de texto com os professores e especialistas, além de uma área destinada a realização de atividades propostas, sendo que em momento posterior ficou disponível uma aba Google Classroom, onde cada aluno e a turma da qual fazia parte, tinham um meio de conexão direta com o professor de sua escola. As aulas e

atividades propostas eram em conformidade com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que consiste em um documento para nortear as competências e habilidades propostas que os estudantes do Ensino Básico devem desenvolver ao longo de suas trajetórias.

6- RESULTADOS E DISCUSSÕES

As perguntas foram realizadas em uma ordem lógica, sendo que primeiro foi questionado se os alunos possuíam equipamentos para realização das atividades (Figura 1), em seguida foi questionado se o ambiente que possuíam era propício para a realização das atividades (Figura 2). Essas duas perguntas têm por objetivos fundamentar o contexto em que eles se encontravam quando o ensino passou da forma presencial para a forma remota, e por conseguinte a terceira pergunta questionava se o aluno conseguiu acompanhar as aulas da matéria de Geografia (Figura 3).

Figura 1- Respostas obtidas através da 1ª questão do Formulário.

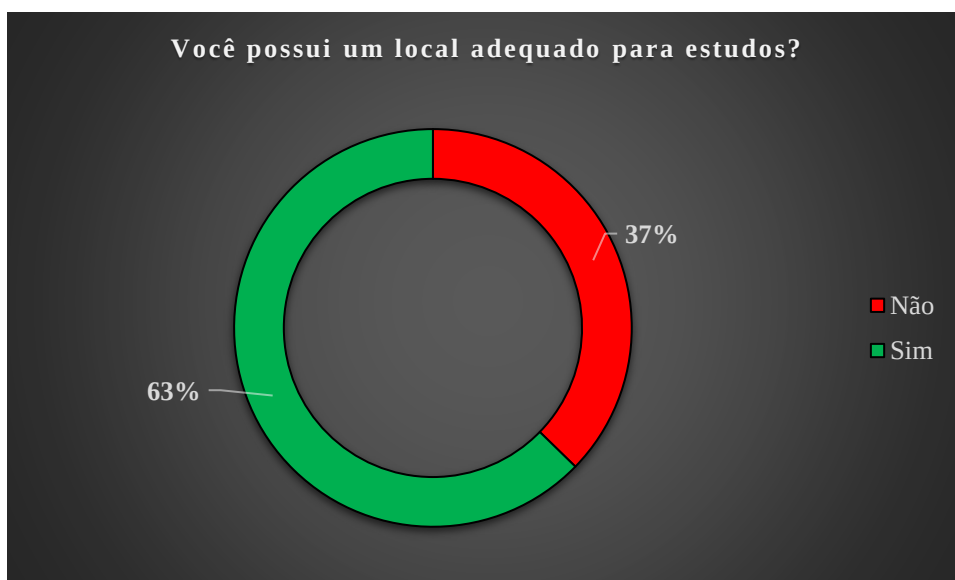


Fonte – Elaborado pelo autor (2022).

Logo na primeira pergunta é possível observar que aproximadamente $\frac{1}{4}$ dos alunos não possuía equipamentos adequados para a realização das atividades remotas. Nessa categoria podem-se enquadrar equipamentos tal como: Televisão; Celular; Computador; Tablet; Internet etc. Essa pergunta fez-se necessária para entender primeiramente a porcentagem de alunos que possuíam acesso à forma de ensino que estava sendo implementada, ou seja, o Ensino Remoto.

No momento em que as esferas do Governo Federal e do Governo do Estado resolvem por adotar uma transição do ensino presencial, para um modelo de ensino remoto onde supõe-se que todos tenham acesso, as respostas obtidas em nosso questionário – que engloba uma amostra relativamente pequena – já nos mostram que a pressuposição de que o ensino remoto seria acessível para todos não é verdadeira.

Figura 2 - Respostas obtidas sobre a existência de um local propício para estudos.



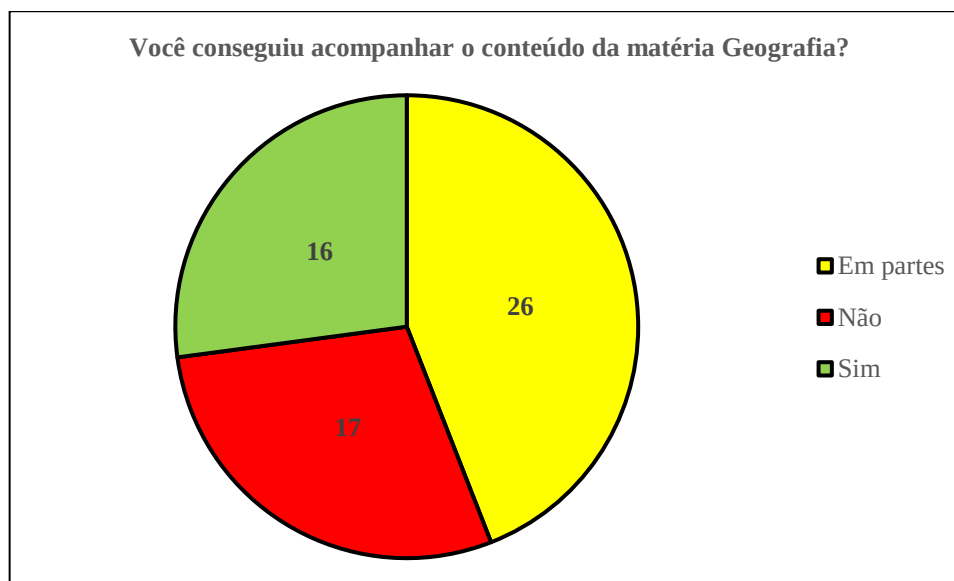
Fonte – Elaborado pelo autor (2022).

A segunda questão foi realizada no intuito de entender como era o ambiente que os alunos possuíam para a realização das atividades e do acompanhamento das aulas remotas, sendo assim, foi questionado se possuíam um local limpo, arejado, silencioso e distante de distrações para realizar com pleno foco tudo aquilo que lhes era proposto.

As respostas estão expressas no gráfico acima na forma de porcentagem, porém, ao realizarmos transformações, chegamos ao resultado de que 37 alunos encontravam condições adequadas para o ensino remoto, ao passo em que 22 alunos afirmaram não possuir um local que favorecesse esse modelo de ensino.

Os resultados obtidos nesta questão apenas reforçam a hipótese inicial da pesquisa, pautada no pressuposto de que existe uma desigualdade entre as condições de cada aluno durante o tempo em que foram forçados a adotar o modelo de Ensino Remoto, sendo assim, os dados vão comprovando o fato contrário ao ideal exprimido na Constituição de 1988 de que a educação é um direito de todos.

Figura 3 - Respostas obtidas sobre o acompanhamento do conteúdo.



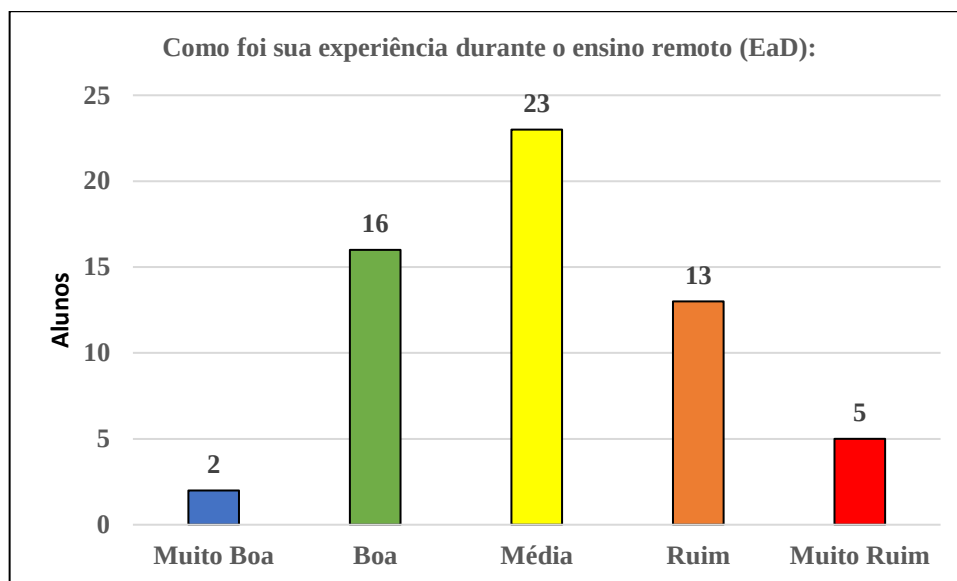
Fonte – Elaborado pelo autor (2022)

As respostas encontradas na questão da Figura 3 podem ser consideradas um complemento das primeiras questões, como reflexo temos que 26 alunos afirmaram conseguir acompanhar o conteúdo ministrado somente em partes, 17 alunos afirmaram não conseguir acompanhar o que foi proposto pelo professor e somente 16 alunos disseram ter conseguido acompanhar o conteúdo de forma aceitável.

O montante de alunos que afirmou ter conseguido acompanhar foi de aproximadamente $\frac{1}{4}$ do total da amostragem, sendo assim, podemos considerar que o modelo de ensino proposto não atingiu em sua totalidade o objetivo proposto, com isso a formação educacional dos alunos pode ter sido comprometida das mais variadas formas.

A Figura 4 apresenta os resultados obtidos ao questionar os alunos como foi a experiência geral, segundo a percepção que eles tiveram durante o período de vigência do modelo de Ensino Remoto, sendo que a maioria dos alunos afirmaram se enquadrar entre os conceitos “Bom” e “Médio”, onde juntos somaram 39 respostas, representando uma porcentagem de 66,01% do total amostrado.

Essa questão foi levantada no intuito de estabelecer um conceito mais amplo sobre o modelo de ensino, sendo que era necessário levar em conta todas as variáveis que envolvem o Ensino a Distância. O resultado obtido pode ser entendido como uma surpresa, pois mesmo a maioria das respostas não sendo favorável ao modelo proposto, mais da metade da amostragem considerou que o modelo ficaria classificado como intermediário-aceitável.

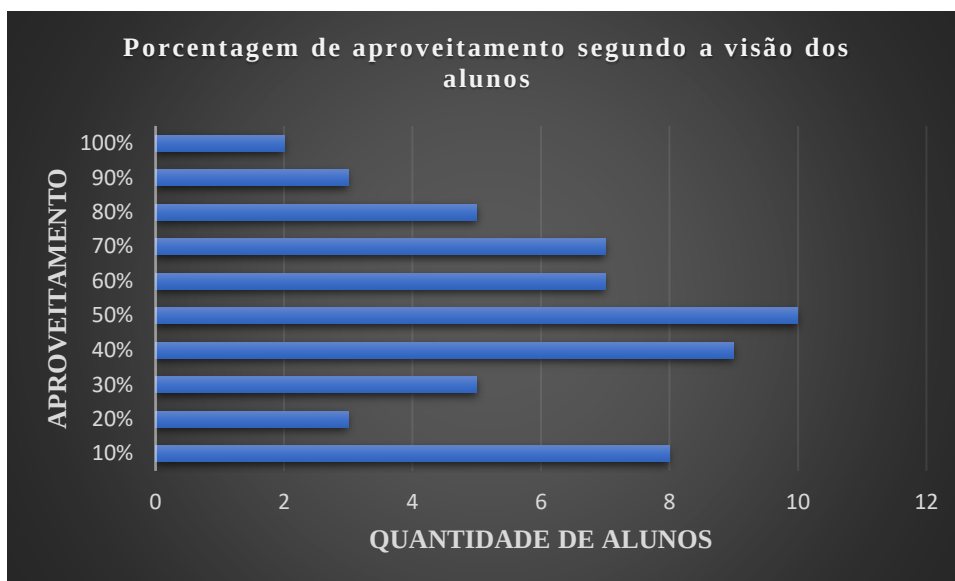
Figura 4 - Experiência geral dos alunos com relação ao modelo de Ensino Remoto.

Fonte – Elaborado pelo autor (2022).

Dando seguimento aos resultados obtidos com a aplicação do questionário, as respostas obtidas através da pergunta “Quanto você acredita que conseguiu compreender da matéria?”, foram medidas em porcentagem, com intervalos de 10% em cada opção de modo que está representado na Figura 5.

O resultado foi bem variado, sendo que a maior parcela ficou concentrada entre as faixas de 40%-80%, sendo respectivamente 9 alunos em 40%, 10 alunos em 50%, 9 alunos em 60% e 70% e 5 alunos em 80%. Ainda tivemos 2 alunos afirmando ter compreendido 100% do conteúdo ministrado, 3 alunos afirmando ter compreendido 90% do conteúdo.

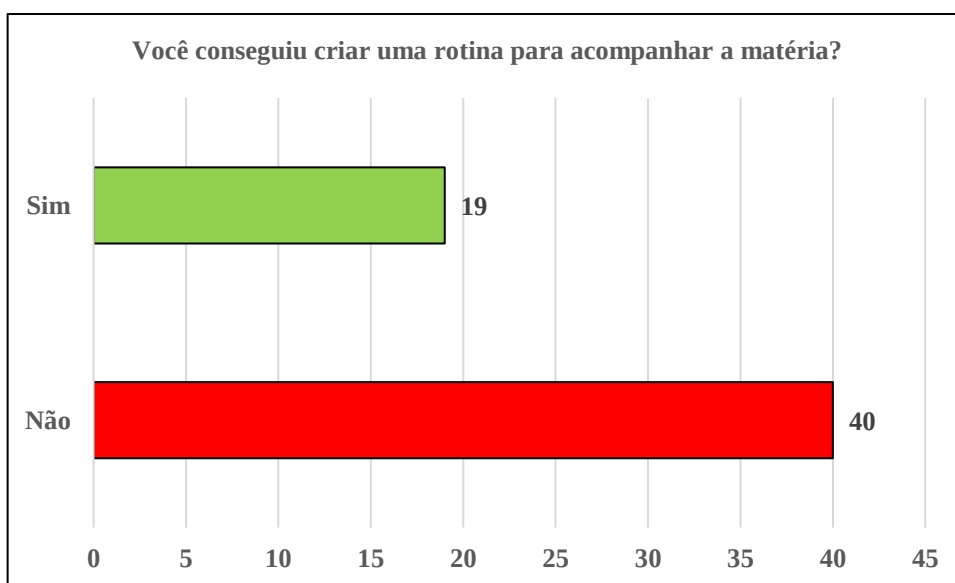
Já na parte inferior, ou seja, representando um baixo aproveitamento temos 8 alunos afirmando ter compreendido apenas 10%, 3 alunos se enquadraram em 20% e por último 5 alunos na faixa dos 30%.

Figura 5 - Percepção dos alunos sobre seu próprio aproveitamento.

Fonte – Elaborado pelo autor (2022).

O baixo desempenho segundo a visão dos próprios alunos com relação ao aproveitamento da matéria pode ser atrelado as respostas obtidas em nossa próxima pergunta, onde foi questionado se os alunos conseguiram criar uma rotina (realização de tarefas/estudos todos os dias, em um mesmo horário) durante a vigência do Ensino a Distância.

A maior parcela dos alunos afirmou não ter conseguido criar uma rotina (Figura 6), com 40 respostas para esta alternativa, ao passo em que apenas 19 alunos afirmaram terem conseguido criar essa rotina de estudos, a qual favorece o processo de aprendizagem.

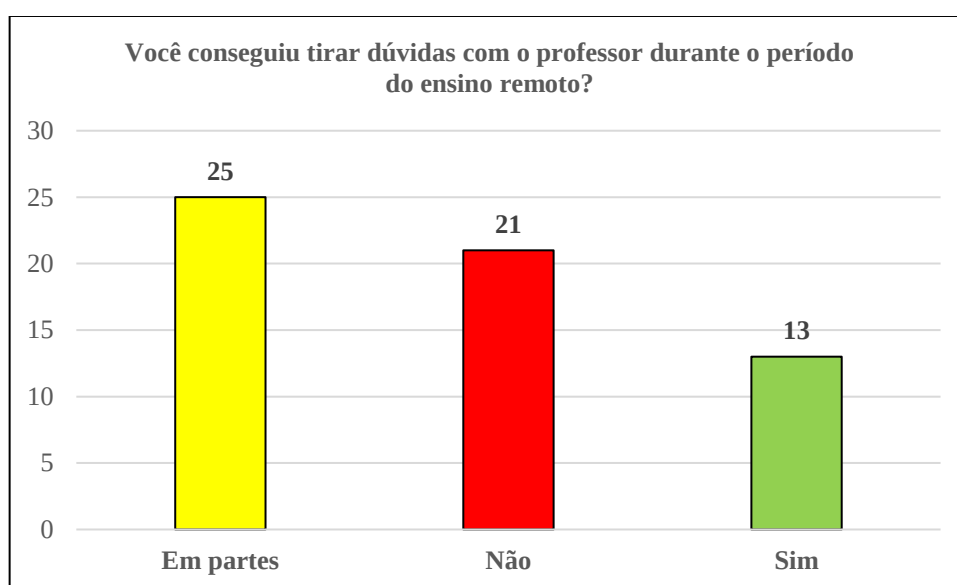
Figura 6 - Criação de uma rotina de estudos.

Fonte – Elaborado pelo autor (2022).

Entrando na reta final do questionário, foram realizadas perguntas direcionadas ao acompanhamento que os alunos receberam e como se sentiram com relação ao processo de construção de conhecimento, sendo que este não é baseado na transmissão do conteúdo, sendo também necessário realizar atividades e esclarecer possíveis dúvidas que surgiram.

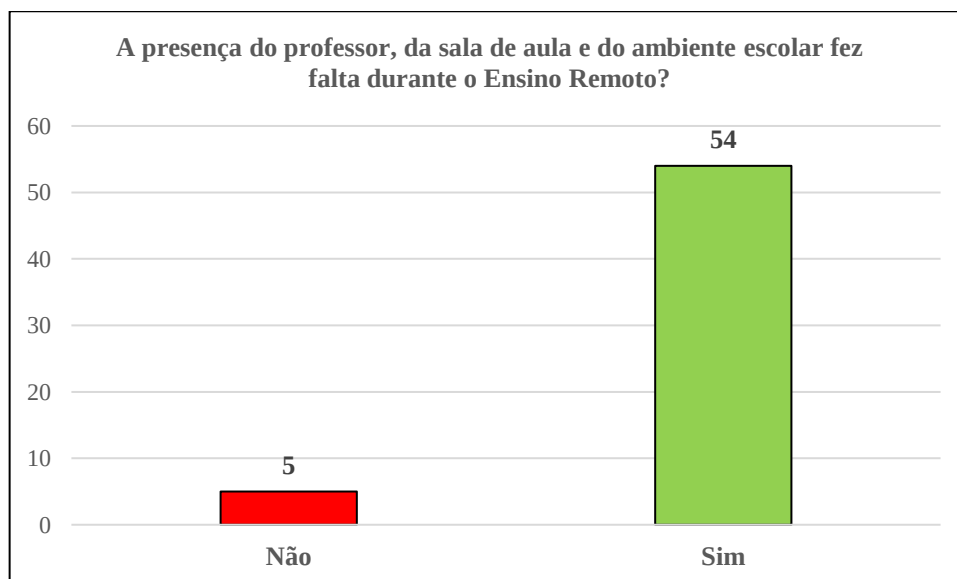
Tendo isso em mente, as respostas expressas nas Figuras 7 e 8 são o reflexo dos respectivos questionamentos; “Você conseguiu tirar dúvidas com o professor durante o Ensino Remoto?” e “A falta do professor, da sala de aula e do ambiente escolar fizeram falta durante o Ensino Remoto?”

Figura 7 - Esclarecimento de dúvidas durante o Ensino Remoto.



Fonte – Elaborado pelo autor (2022).

Figura 8 - Possível falta do ambiente escolar como um todo.



Fonte – Elaborado pelo autor (2022).

Como é possível observar na Figura 7, somente 13 alunos conseguiram tirar as dúvidas surgidas durante o Ensino Remoto, esse número representa uma parcela de aproximadamente $\frac{1}{4}$ do total da nossa amostragem, os outros 46 alunos de nossa amostragem ficaram divididos entre a opção de não conseguir tirar dúvidas com o professor, com 21 alunos e a opção de tirar dúvidas somente em partes, com 25 alunos.

Os números nos mostram uma das maiores deficiências no modelo de ensino remoto, pois o processo para que o aluno realize um questionamento e consiga ter sua dúvida solucionada pelo docente é muito maior. Deve-se levar em conta aqui todas as possíveis variáveis que englobam este tema, pois o aluno pode não conseguir transmitir a dúvida por meio dos canais remotos, pode ser que ocorram dificuldades ou instabilidades de conexão durante o ensino remoto e acabar por perder o momento para questionar sobre o conteúdo; ou pode ser apenas vergonha de digitar/falar durante as aulas, porém, seja qual for a justificativa, temos que a maior parcela de alunos levou dúvidas com relação ao conteúdo que não foram sanadas.

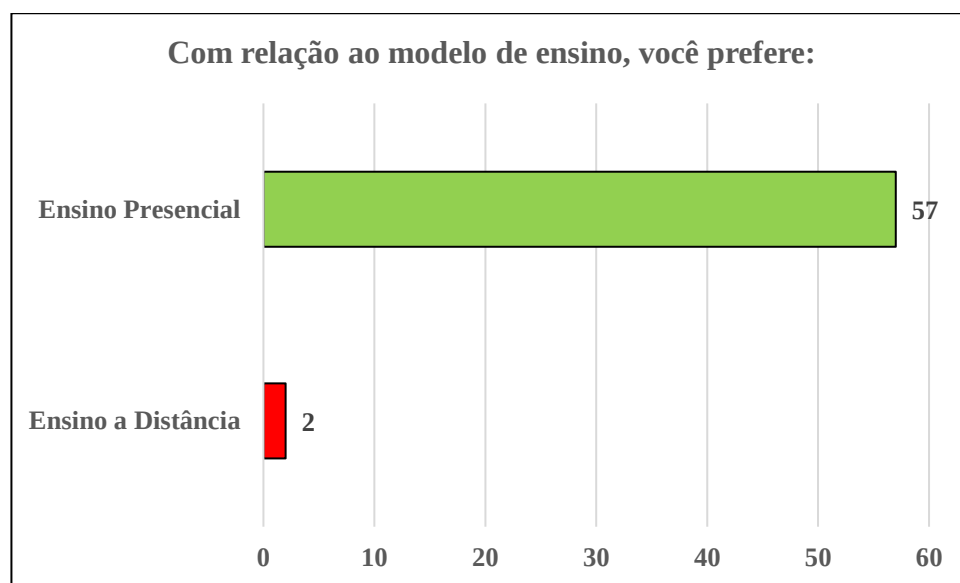
Por outro lado, na sala de aula física, a dúvida de um aluno pode ser também a dúvida de outros alunos, o que faz com que o tempo disponível seja melhor aproveitado e consequentemente ocorra uma construção de conhecimento coletivo, através da complementariedade entre os agentes presentes fisicamente.

As respostas encontradas na Figura 8 servem de confirmação para hipótese inicial do trabalho, de que o ensino remoto dificultou o processo de ensino-aprendizagem, pois a maior parcela de alunos confirmou que a falta do ambiente físico de ensino e a falta de contato presencial com o professor fez muita falta durante esse período letivo. Isso pode ser confirmado com 54 respostas para “sim” dos alunos, contra apenas 5 respostas dizendo que o ambiente escolar não fez falta durante o processo de ensino.

A última questão levantada nesse momento foi com relação à preferência dos alunos no que diz respeito ao modelo de ensino que optariam durante seu processo de formação, sendo possível observar na Figura 9 que 57 alunos disseram preferir o modelo de Ensino Presencial em detrimento de apenas 2 alunos afirmando preferirem o modelo de Ensino Remoto.

Mais uma vez é notável a diferença gritante que os alunos, ou seja, os agentes principais do enfoque da pesquisa, afirmaram que em caso de uma possível opção entre os modelos de ensino, iriam preferir o modelo de Ensino Presencial. Essa é sem dúvidas a maior comprovação da hipótese inicial que foi percorrida até esse momento.

Figura 9 - Preferência dos alunos com relação ao modelo de ensino.



Fonte – Elaborado pelo autor (2022).

7- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o exposto até o momento, pode-se inferir que a situação da educação básica brasileira passou por diversos altos e baixos durante os últimos 90 anos. Durante a contextualização realizada foi constatado uma tentativa inicial de educadores e pessoas ligadas à educação na tentativa de construção de bases sólidas no que tange a essa área.

Inicialmente as propostas eram muito promissoras, sendo que estas aconteceram devido ao contexto geopolítico global, quando em uma época permeada por conflitos globais dos mais variados âmbitos, a expansão e consolidação de um projeto de nação brasileira necessitava de uma sociedade formada intelectualmente e capaz de refletir à luz de seus próprios pensamentos, sendo assim, foram elaborados planos de ação e atrelados investimentos da União através de propostas para a área da educação.

No entanto a execução da consolidação dessas bases educacionais não atingia o esperado, sendo que a educação continuou por diversos anos a ser tão excludente quanto era antes. Os níveis de alfabetização e progressão da formação educacional se mantiveram baixos governo após governo, sendo que poucos avanços eram observados.

Essa já complicada situação teve uma piora quando os investimentos na pasta da educação deixaram de ser atrelados à União, durante o período histórico que compreende o Regime Militar no Brasil. A situação só veio a obter um progresso no final do regime militar e período posterior, onde a execução de planos de metas por meio de índices ocorreu no ensino básico.

Foi notado então um avanço e finalmente ocorria um progresso no quesito educacional, os números progrediam à medida que os anos se passavam através da superação de metas estabelecidas por meio dos índices que haviam sido propostos. Finalmente o Brasil começava a enxergar um progresso na educação, sendo que as políticas públicas propostas surtiavam efeito desde os níveis mais baixos do ensino básico até o ensino superior.

Chega-se então ao período de disseminação do vírus SARS-CoV-2, que ficou conhecido como Covid-19, e com isso tem início um período de pandemia e completo isolamento social. A educação por meio de decretos passa do modelo de Ensino Presencial para o modelo Emergencial de Ensino a Distância, ou como ficou popularmente denominado EaD.

Esse modelo de ensino pressupõe que o ambiente digital seria o meio de comunicação entre docentes e discentes, desde o ensino básico até o ensino superior no Brasil, por meio de plataformas que foram subsidiadas tal como o CMSP no Estado de São Paulo, onde se localiza o município Rio Claro, onde se deu o estudo de caso.

O grande fator crítico que não foi levado em conta nessa decisão foi o meio de acesso da população a esse modelo de ensino, pois seria necessário ao menos um equipamento que fizesse essa conexão, seja ela realizada por meio do ambiente digital através de Celulares, Computadores, Notebooks, Tablets; ou outro meio de realizar essa conexão por meio de Televisores por meio dos quais diariamente, em horário determinado era passado o conteúdo proposto na Base Nacional Comum Curricular, destinado aos alunos e seus respectivos anos letivos onde se encontravam.

A aplicação do questionário e as respectivas respostas obtidas dos alunos embasaram a teoria primária do trabalho, de que o acesso a esse método de ensino não ocorria de forma igual para todos e que o modelo de ensino remoto, ao menos o que foi implementado surtia pouco efeito com relação ao processo de ensino e aprendizagem, segundo os próprios alunos que passaram por essa experiência. Essa afirmativa fica evidente ao observar principalmente os relatos da última questão proposta, presente no Apêndice deste trabalho.

Pode-se encontrar em diversos momentos alunos relatando não conseguir realizar o acesso aos meios propostos pelo governo devido à falta de equipamentos e devido a dificuldades encontradas no ambiente que dispunham em suas residências para acompanhamento do conteúdo propostos e realização das atividades.

Entre as principais queixas observadas temos a ausência física do professor e do ambiente de ensino, a dificuldade na comunicação com o professor no intuito de solucionar possíveis dúvidas do conteúdo ministrado, a percepção dos alunos de que o conteúdo que conseguiram assimilar ficaria abaixo da média e o principal fator, a sua escolha majoritária pelo modelo de Ensino Presencial.

Temos então que o sistema educacional brasileiro, que trilhou um árduo caminho até conseguir finalmente solidificar suas bases, sofre um grande golpe no quesito relacionado à qualidade, pois tal como visto os próprios alunos em sua grande maioria afirmam não conseguirem exercer as competências básicas na matéria de Geografia.

Sendo assim, os resultados negativos desses quase 2 anos de EaD poderão ser observados através dos resultados que índices como o IDEB irão apresentar em suas próximas edições, quando se espera uma considerável queda no desempenho dos alunos do ensino básico brasileiro.

BIBLIOGRAFIA

- Agência Senado. Novo governo promete mudanças profundas na educação. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/01/28/governo-promete-mudancas-profundas-na-educacao>. Acesso em: 20 set. 2022.
- Arruda, E. P. (14 de maio de 2020). EDUCAÇÃO REMOTA EMERGENCIAL: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. *Em Rede*, pp. 257-275.
- Astrogildo L. F. Filho, C. F. (2020). Alguns apontamentos para uma crítica da Educação a Distância (EAD) na educação brasileira em tempos de Pandemia. *Revista Tamoios*, 16-31.
- Brito, S. H. (02 de junho de 2009). A Educação no Projeto Nacionalista do Primeiro Governo Vargas (1930-1945). *Navegando pela História da Educação Brasileira: 20 Anos de Histedbr*, p. 314.
- CABRAL, L. S. (SI de SI de 2003). Revendo a categoria "analfabeto funcional". *CrearMundos*, p. SI.
- DAVIES, N. (outubro de 2006). FUNDEB: a redenção da educação básica? *Educação e Sociedade*, pp. 753-774.
- DIAS, G. N., SILVA, P. R., PAMPLONA, V. M., ARAÚJO, J. C., BARBOSA, E. d., LOBATO, F. d., . . . BARRETO, W. D. (17 de Abril de 2021). A utilização do Formulários Google como ferramenta de avaliação no processo de ensino e aprendizagem em tempos de pandemia de Covid-19: um estudo em uma escola de educação básica. *Research, Society And Development*, pp. 24-36.
- Durham, E. R. (10 de 1999). A educação no governo de Fernando Henrique Cardoso . *Tempo Social*, pp. 231-254.
- FERNANDES, R. (2007). *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)*/ Reynaldo Fernandes. Brasília: Ministério da Educação.
- Filho, M. M. (2020). Educação Geográfica, Docência e o Contexto da Pandemia de Covid-19. *Tamoios*, 3-15.
- INEP. (1944). "Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova". *Revista Brasileira de estudos pedagógicos*, 1(1), 163-178.
- MARQUES, R. M., & MENDES, Á. (jan.-jun. de 2007). Servindo a dois senhores: as políticas sociais no Governo Lula. *Revista Katál*, pp. 15-23.
- MELO, A. A., & SOUSA, F. B. (30 de maio de 2017). A AGENDA DO MERCADO E A EDUCAÇÃO NO GOVERNO TEMER. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, pp. 25-37.

- MERCADANTE, A., & ZERO, M. (2018). *Governos do PT: um legado para o futuro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- NETO, O. F., & NEZ, E. d. (25 de julho de 2021). Governos Lula, Dilma e Bolsonaro: as políticas públicas educacionais seus avanços, reveses e perspectivas. *Interação*, pp. 121-144.
- NEVES, R. d., & DAMIANI, M. F. (SI de SI de 2006). Vygotsky e as teorias da aprendizagem. *UNIrevista*, pp. 63-73.
- OTRANTO, C. R. A reforma da educação superior do governo Lula: Da inspiração à implantação. In: SILVA JÚNIOR, J. R. S.; OLIVEIRA, J. F.; MANCEBO, D. (Org.). *Reforma universitária: dimensões e perspectivas*. Campinas: Alínea, 2006.
- Pereira, A. M., & Poll, M. V. (31 de Janeiro de 2021). A odisseia da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no Brasil (1945-1964). *Revista do Centro de Educação*, pp. 42-63.
- Plano Nacional de Educação (PNE). Lei Federal n.º 10.172, de 9/01/2001. Brasília: MEC, 2001c. BRASIL.
- RIBEIRO, E. A. (31 de dez de 1969). Democracia pragmatismo e escola nova no Brasil. *Revista de Iniciação Científica da Ffc- (Cessada)*, pp. 170-186.
- RIBEIRO, P. R. (1993). História da Educação Escola no Brasil: Notas para uma reflexão. *Paidéia*, 15-30.
- ROSA, C. d. (23 de outubro de 2013). POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO GOVERNO LULA. *Póiesis Pedagógica*, pp. 168-188.
- SAVIANI, D. (outubro de 2007). O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do mec. *Educação e Sociedade*, pp. 1231-1255.
- SAVIANI, D. (2008). O legado educacional do regime militar. *Cadernos Cedes*, 28, 291-312.
- SAVIANI, D. (2018). Política educacional no Brasil após a Ditadura Militar. *Revista HISTEDBR On-line*, pp. 291-304.
- TEIXEIRA, A. (1971). *Educação não é privilégio*. São Paulo: Editora Nacional.
- TUAN, Y.-F. (2005). *Paisagens do Medo*. São Paulo: Editora Unesp.
- Vidal, D. G., & Filho, L. M. (2003). História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). *Revista Brasileira de História*, 37-70.
- Vieira, S., & Farias, I. M. (2007). *Política Educacional no Brasil: introdução histórica*. Brasília: Líber Livro Editora.

APÊNDICE

APÊNDICE A - Dados obtidos por meio da aplicação do questionário destinado aos alunos

(OPCIONAL) Este campo é livre para você se expressar. Conte como foi sua experiência durante o Ensino Remoto, quais pontos foram bons e quais foram ruins		.	
Você conseguiu tirar dúvidas com o professor durante o período do ensino remoto?	Não	Em partes	Não
A presença do professor, da sala de aula e do ambiente escolar fez falta durante o Ensino Remoto?	Sim	Sim	Sim
Com relação ao modelo de ensino, você prefere:	EP	EP	EP
Como foi sua experiência durante o ensino remoto (EaD). Selecione a opção que melhor se encaixa no seu caso:	Ruim	Boa	Média
Pensando no conteúdo que foi passado na matéria de Geografia, quanto você acredita que realmente conseguiu compreender?	10%	50%	70%
Você conseguiu criar uma rotina (realização de tarefas em um mesmo horário, todos os dias) para acompanhar a matéria?	Não	Não	Não
Você conseguiu acompanhar as aulas da matéria Geografia?	Não	Em partes	Não
Você possuía um local adequado (Ambiente silencioso, limpo, espaçoso) para acompanhar as aulas e realizar as atividades de Geografia?	Sim	Não	Não
Você possuía equipamentos adequados para acompanhar as aulas? (Tal como Internet, Computador, Celular, Tablet, Televisão, etc)	Sim	Não	Não
Ano em que se encontra:	2º EM	2º EM	2º EM
(OPCIONAL) Orientação sexual:	Feminino	Feminino	Masculino
Idade:	16	16	17
(OPCIONAL) Nome:		Veronyca Cristina	Wellington silvestre

Não gostei nada de estudar on-line pra mim não teve partes boas não		Não sei	
Não	Não	Sim	
Sim	Não	Sim	
EP	EP	EP	
Ruim	Média	Ruim	
60%	40%	50%	
Não	Não	Não	
Em partes	Em partes	Não	
Não	Sim	Não	
Não	Sim	Sim	
2º EM	2º EM	2º EM	
Feminino	Outros	Masculino	
16	17	16	
Sophia	Vitorbian chimonteí		

Foi uma experiencia em partes boas, e em partes ruins. Faltava professores para tirar as duvidas, o CMSP era horrivel para assistir aulas, pois nem todos os alunos tinham tempo para assistir as aulas, oque acumulava muitas atividades. Tinha muita coisa que faltava orientacao. As vezes tinhamos atividades pelo class Room, oque em partes eram boas.		Não gostei nem um pouco	
Em partes		Em partes	Sim
Sim		Sim	Não
EP		EP	ED
Ruim		Ruim	Média
40%		40%	70%
Não		Não	Sim
Em partes		Em partes	Sim
Sim		Não	Sim
Sim		Não	Sim
2º EM		2º EM	2º EM
Outros		Feminino	Masculino
17		16	16
Kenely vanzo		Gabriele	Gustavo Enrique

até que foi bom sem escola fazer ligação online chato		Eu trabalhava então não deu para acompanhar as aulas durante esse período longe, as vezes eu entrava no app quando eu estava com tempo livre.	
João Vitor Marques	Em partes	Sim	Não
	Sim	Sim	Sim
	EP	EP	EP
	Boa	Média	Ruim
	60%	70%	80%
	Não	Não	Não
	Não	Sim	Não
	Não	Não	Não
	Não	Sim	Sim
	2º EM	1º EM	1º EM
Thiago Lopes de	Masculino	Masculino	Masculino
	18	15	16
Déric Lourenço Santos	Em partes	Não	Em partes
	Sim	Sim	Sim
	EP	EP	EP
	Boa	Muito Ruim	Boa
	30%	50%	80%
	Sim	Sim	Não
	Em partes	Em partes	Não
	Sim	Sim	Não
	Sim	Sim	Sim
	1º EM	1º EM	1º EM
Henrique	Masculino	Masculino	Feminino
	16	16	16
Leticia Correa	Em partes	Em partes	Em partes
	Sim	Sim	Sim
	EP	EP	EP
	Muito Ruim	Boa	Muito Boa
	30%	50%	80%
	Sim	Sim	Não
	Em partes	Em partes	Não
	Sim	Sim	Não
	Sim	Sim	Sim
	1º EM	1º EM	1º EM
samuel henrique	Masculino	Masculino	Masculino
	16	16	15
Gabriel de Souza de	Em partes	Em partes	Em partes
	Sim	Sim	Sim
	EP	EP	EP
	Boa	Muito Boa	Ruim
	10%	10%	10%
	Não	Não	Não
	Não	Não	Não
	Não	Não	Não
	Não	Não	Não
	1º EM	1º EM	1º EM

				SICO DR FRAN		foi bom porque continuamos tendo aula, o lado ruim e q eu nao entendiA com mesma facilidade q as AULAS PRESENCIAS				foi ruim a distância			
	Não	Não	Sim	Não	Em partes	Em partes	Sim	Em partes	Em partes	Sim	Em partes	Em partes	
	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	
	EP	EP	EP	EP	EP	EP	EP	EP	EP	EP	EP	EP	
	Muito Ruim 20%	Muito Ruim 10%	Boa 50%	Ruim 30%	Muito Boa 50%	Média 90%	Boa 70%	Boa 50%	Média 60%				
	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não				
	Não	Em partes	Sim	Não	Sim	Em partes	Sim	Sim	Não				
	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não				
	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim				
	1º EM	1º EM	1º EM	1º EM	1º EM	1º EM	1º EM	1º EM	1º EM				
	Feminino	Masculino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino				
	15	16	16	16	16	15	15	15	15				
	gabrielly cristiny	Romantte zer	Eliton Artthur	alana nicole dos	vinicius siqueira	gabrieli de souza de jesus	Jhuan Henrique	Julia Perinetti	Mateus Henrique				

Foi muito ruim pelo motivo de nao conseguir compreender a materia sem a prezencia do professor		Ruim pela falta de comunicação com o professor		todos foram muito bons		BOM	foi ótimo	nao gostei foi pessimo	ótima
Não	Não	Não	Não	Em partes	Sim	Sim	Em partes	Em partes	Sim
Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
EP	EP	EP	EP	EP	EP	EP	EP	EP	EP
Média	Média	Média	Média	Boa	Boa	Boa	Boa	Média	Boa
20%	60%	70%	70%	90%	40%	10%	20%	10%	
Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	
Em partes	Sim	Sim	Sim	Em partes	Não	Sim	Sim	Sim	
Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	
Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	
1º EM	1º EM	1º EM	1º EM	1º EM	1º EM	1º EM	1º EM	1º EM	
Masculino	Feminino	Feminino	Feminino	Masculino	Masculino	Feminino	Feminino	Feminino	
15	16	16	16	40	18	24	53	25	
Fernanda beatriz alves rodrigues		Amanda carolina clementino		antonio flavio do nascimeto santos		MATHEU S		grasieli dos santos	
								isabel c marques v	
								amanda renata	

Assim durante meu ensino passamos por dificuldades durante o periodo do ensino,com o tempo passando fui melhorando ate chegar em um ponto que conseguir terminar,agora sobre se foi bom ou nao e sim eu gostei.

Não	Em partes	Sim	Sim	Em partes	boa
Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
EP	EP	EP	EP	EP	EP
Boa	Média	Boa	Média	Muito Ruim	Média
90%	50%	80%	40%	10%	50%
Não	Sim	Não	Não	Não	Não
Sim	Em partes	Em partes	Em partes	Não	Não
Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
1º EM	1º EM	1º EM	1º EM	1º EM	1º EM
Masculino	Feminino	Feminino	Feminino	Feminino	Masculino
18	15	15	16	16	16
Alex dos santos de souza	Giovanna Lima dos	kauane de moraes de	Beatriz Crístina	Camila Vieira	ryan rodrigo

foi muito ruim pois nunca aprendi nada		ruim pois nao aprendi nada		PRA MIM TODOS OS PONTOS FORAM RUINS POIS NEM TODOS OS ALUNOS TIVERAM A OPORTUNIDADE DE PARTICIPAREM DAS AULAS	
Não		Não		Não	
Sim		Sim		Sim	
EP		EP		EP	
Média		Média		Ruim	
10%		10%		100%	
Não		Não		Sim	
Em partes		Em partes		Sim	
Não		Sim		Sim	
Sim		Sim		Sim	
2º EM		2º EM		2º EM	
Feminino		Feminino		Feminino	
17		17		12	
karen patrycia da silva		vitoria da silva menandro		JULIA ALVES DE OLIVEIRA	
				FORAM TUDO MUITO RUIM PORQUE FICO DISTANTE DOS PROFESSORES E DOS MEUS COLEGA E FAZER LICAO POR CELULAR E MUITO RUIM KKKKKKK	
				Não	
				Sim	
				EP	
				Muito Ruim	
				40%	
				Não	
				Não	
				Não	
				Não	
				2º EM	
				Feminino	
				17	
				GABRIELA CARVALHO TEIXEIRA	

55

A bem ruim, não conseguia entende muito as matérias sem ajuda do professor e dos colegas	bom no começo pegou um pouco de surpresa né, ai estava sem o acesso ao celular ao centro de mídias, porém fiquei um tempinho sem acessar mas no final deu tudo certo não foi todas as aulas que conseguia acompanhar pela correria do dia a dia do trabalho e tais mas deu certo.						boa
	Não	Sim	Não	Em partes	Em partes	Em partes	
	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	
	EP	EP	EP	EP	EP	EP	
	Média	Boa	Média		Ruim	Média	
	60%	80%	60%		80%	60%	
	Não	Sim	Não		Não	Sim	
	Sim	Em partes	Em partes		Em partes	Em partes	
	Sim	Não	Sim		Sim	Não	
	Sim	Sim	Sim		Sim	Sim	
	2º EM	1º EM	1º EM		1º EM	1º EM	
	Feminino	Masculino	Feminino		Masculino	Masculino	
	16	15	17		16	15	
	Maria Echilly Pereira dos Santos	negrete	Daniele pereira silva		THAISLA N SILVA	petão	Pedro Antonio

FOI BOM EU APRENDI BASTANTE
COISAS MAIS APRENDERIA MAIS
SE ESTIVESSE NA ESCOLA

Sim	Em partes
Sim	Sim
EP	EP
Boa	Boa
70%	50%
Sim	Não
Sim	Em partes
Sim	Não
Sim	Não
1º EM	2º EM
Feminino	Feminino
16	16
KAELLY VICTORIA FERNANDES ALVES	Sthefany Porto